

Cultura política e trajetórias: possibilidades metodológicas

Political culture and trajectories: methodological possibilities

Guilherme Catto

Doutorando em História

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

gcatto@msn.com

Recebido: 10/08/2022

Aprovado: 26/07/2023

Resumo: O presente texto tem por objetivo debater o uso da análise de trajetórias como metodologia para o estudo de culturas políticas. Uma exposição tratará da incorporação do conceito de Cultura Política pela historiografia, demonstrando as modificações operadas em relação à forma como o conceito era utilizado na Ciência Política. Em seguida, serão apresentados trabalhos que articulam a análise de trajetórias e a investigação de culturas políticas. Nesse ponto, o objetivo é demonstrar quais procedimentos metodológicos já foram utilizados para realizar esse tipo de pesquisa. Por fim, faremos a proposta da utilização da prosopografia como metodologia para o estudo das culturas políticas, já que ela também consiste em uma análise de trajetória, mas, nesse caso, trajetórias de grupos, com os sujeitos considerados na relação com os conjuntos.

Palavras-chave: Cultura política; Prosopografia; Trajetória.

Abstract: The aim of this text is to discuss the use of trajectory analysis as a methodology for studying political cultures. An exposition will address the incorporation of the concept of Political Culture through historiography, demonstrating the modifications made to how the concept was used in Political Science. Then, works that combine trajectory analysis and the investigation of political cultures will be presented. At this point, the goal is to demonstrate which methodological procedures have already been used to perform this type of research. Finally, we will propose the use of prosopography as a methodology for the study of political cultures since it also consists of trajectory analysis, but in this case, group trajectories, with the subjects considered in relation to the collectives.

Keywords: Medieval Ireland; Imperialism; Colonialism.

Introdução

Este trabalho tem por objetivo examinar a articulação entre o conceito de cultura política e o estudo de trajetórias; mais especificamente procuramos refletir sobre a utilização de trajetórias para análise de culturas políticas. Algumas produções bibliográficas que se valeram dessa articulação foram inspiração para a ideia deste artigo e, portanto, são objeto de uma apreciação mais minuciosa no decorrer do texto. Inicialmente, buscamos expor como a cultura política foi apropriada pela historiografia. Demonstramos que, entre os historiadores, o conceito foi modificado em relação a sua formulação original, na Ciência Política norte-americana. Em seguida, utilizando as produções que nos serviram de inspiração, apontamos para a possibilidade do uso de análise de trajetórias para o estudo de culturas políticas. Assim, pretende-se exemplificar como esse tipo de análise focada em alguns personagens da política brasileira no século XX permitiram a averiguação das culturas políticas às quais eles estavam vinculados ou pelas quais foram influenciados. Por fim, propusemos a utilização da prosopografia como uma metodologia que permite também articular trajetórias e a investigação de culturas políticas.

Apesar de possuir longa existência, - a palavra aparece em textos do século XVI (BULST, 2005) – hoje a prosopografia é tratada pelos historiadores como um sinônimo para “biografia coletiva” (CHARLE, 2006; FERRARI, 2010). As diversas definições são mais bem analisadas por Bulst (2005), no entanto, podemos destacar que, comum a todas elas, está a preocupação com a análise do indivíduo em função do grupo social do qual faz parte, para o que é essencial a dimensão comparativa³⁹. Assim, enquanto a biografia tem como foco o indivíduo, a prosopografia visa “o conjunto ou a totalidade, constantemente considerando o indivíduo nas suas relações com o conjunto” (BULST, 2005, p. 55). Isso também significa afirmar que, apesar de seu enfoque, a prosopografia não pode renunciar à biografia; e que qualquer pesquisa sobre um grupo deve começar tentando estabelecer biografias individuais para serem submetidas à comparação⁴⁰. Daí a equivalência dada por diversos historiadores à prosopografia e biografia coletiva. É pela inspiração nos trabalhos que serão apresentados – que

³⁹ Apesar do uso do termo “biografia” e “biografia coletiva”, essa definição de prosopografia aproxima-se do conceito de “trajetória” definido por Pierre Bourdieu, como “série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou um mesmo grupo) num espaço que é ele próprio um devir, estando sujeito a incessantes transformações” (2006, p. 189). Bourdieu (2006) considera não ser possível compreender uma trajetória sem que seja feita a reconstrução do espaço social na qual essa se desenrolou, bem como das relações do sujeito considerado com outros sujeitos nesse mesmo espaço e “confrontados com o mesmo espaço dos possíveis” (Ibid., p. 190). Adotamos essa definição de trajetória no presente trabalho.

⁴⁰ Em que pese o esforço inicial da prosopografia seja a construção de biografias individuais, a metodologia não consiste na justaposição de várias biografias e é isso que a aproxima do conceito de “trajetória” definido por Pierre Bourdieu. Esse aspecto metodológico será mais bem apresentado em seção posterior.

utilizam a análise de trajetórias para a investigação de culturas políticas – e por ter em conta essa definição de prosopografia que o presente trabalho foi concebido.

A cultura política e sua apropriação pelos historiadores

O conceito de cultura política foi desenvolvido na Ciência Política, pelos norte-americanos Gabriel Almond e Sidney Verba e “ganhou estatuto acadêmico e as primeiras reflexões sistemáticas nos anos 1950 e 1960” (MOTTA, 2009, p. 16). Esses autores estavam convencidos de que as escolhas e decisões políticas não poderiam ser explicadas somente a partir dos modelos da teoria da escolha racional (KUSCHNIR; CARNEIRO, 1999) e “que o condicionamento ambiental e psicológico modelaria as crenças, os valores e as opiniões políticas (DUTRA, 2002, p. 15). Dessa forma, a concepção do conceito de cultura política está ligada a uma crítica aos paradigmas iluministas (MOTTA, 2018) – especialmente ao “paradigma liberal-racionalista, que vê os agentes políticos como seres movidos por ideias e interesses” (Idem. 2013, p. 11). Almond e Verba consideravam que as respostas dos sujeitos a uma situação objetiva “se dão através de orientações mediadas pela avaliação subjetiva” (KUSCHNIR; CARNEIRO, 1999, p. 228).

Diferente das correntes dominantes na Ciência Política, Almond e Verba procuraram explicar os comportamentos políticos através das atitudes individuais e não a partir de instituições ou características sociais e econômicas⁴¹. A cultura política “remete a uma orientação subjetiva em relação a um determinado sistema político” (Ibid., p. 230) e, por isso, os cientistas optaram por analisar comportamentos e crenças de grupos e de indivíduos. Além disso, atribuíram grande importância ao processo de socialização política para explicar os sistemas políticos (DUTRA, 2002). O mérito das formulações de Almond e Verba está em privilegiar o estudo das dimensões subjetivas da política (KUSCHNIR; CARNEIRO, 1999), além de estimular pesquisas focadas nas conexões entre política e cultura (MOTTA, 2018). Em sua concepção, os cientistas políticos apropriaram-se do conceito de cultura da antropologia “no sentido assumidamente simplificado de ‘orientação psicológica em relação aos fatos sociais’” (KUSCHNIR; CARNEIRO, 1999, p. 230). Foi na antropologia, da mesma forma,

⁴¹ A tese dos cientistas políticos norte-americanos se desenvolveu entre duas tradições acadêmicas de maior corpo. A primeira, dominante na ciência política, “reconhece a autonomia dos arranjos institucionais e constitucionais” (KUSCHNIR; CARNEIRO, 1999, p. 232). Esse modelo explicativo atribui papel central ao que pode ser chamado de “moldura constitucional”, que, conforme esse paradigma, teria a capacidade de prever as interações entre os agentes racionais, desconsiderando, dessa forma, as variáveis culturais. A segunda tradição acadêmica, de outra parte, enfatiza a importância dos fatores socioeconômicos no desempenho das instituições, também desconsiderando os aspectos da cultura.

que encontraram a inspiração para os estudos de caráter nacional, o que levou Almond e Verba a pensarem cultura política em termos de espaços nacionais (MOTTA, 2018).

O conceito é definido por eles como “um ‘conjunto de tendências psicológicas dos membros de uma sociedade em relação à política’” (DUTRA, 2002, p. 15). A partir dessa definição e da identificação de valores, opiniões e atitudes, mensurados através de enquetes de tipo *survey*, os cientistas políticos norte-americanos estabeleceram uma classificação que consiste em três tipos básicos de cultura política: (1) a paroquial, relacionada à estrutura política tradicional, com demarcação clara dos papéis daqueles que compõem o sistema político, o qual não está aberto para a maioria dos indivíduos e grupos; (2) a de sujeição, típica de estados autoritários; e (3) a cultura cívica, que corresponderia ao modelo liberal-democrático, predominante nos países ocidentais e que teria seu exemplo mais completo no sistema político norte-americano (NÉSPOLI, 2015).

O modelo proposto por Almond e Verba recebeu diversas críticas. Algumas em razão de sua tipologia, que restringia as culturas políticas a somente três tipos (KUSCHNIR; CARNEIRO, 1999); outras pela decorrente hierarquização das diferentes culturas e suas implicações etnocêntricas, o que levava a uma idealização da democracia liberal e uma proximidade com os preceitos da Guerra Fria (MOTTA, 2013, 2018)⁴². Além disso, foi criticada a perspectiva nacional usada pelos norte-americanos, vista como “excessivamente generalista” por atribuir a um espaço nacional inteiro uma única cultura política (MOTTA, 2009, p. 19). Essas objeções foram levadas em conta quando os historiadores se apropriaram da cultura política. No entanto, o modelo de Almond e Verba permanece como referência para qualquer balanço sobre o tema, seja para problematizá-lo, ampliá-lo ou negá-lo (DUTRA, 2002).

Cientes das críticas que a cultura política já havia sofrido desde sua concepção, os historiadores procuraram reformular a noção em certos aspectos, além de se somar às objeções que já existiam. Berstein (1998, p. 353) deixa claro que as críticas ao conceito incidem “sobre dois pontos alheios à cultura política tal como a encararam os historiadores”. A hierarquização das diferentes culturas políticas, que encontraria o modelo mais bem-acabado nas democracias liberais do Ocidente, é rechaçada pelo historiador francês por implicar em um juízo de valor, algo que na concepção de Berstein não cabe aos historiadores. Simultaneamente, é contestada a proposta de uma tipologia restrita à três culturas políticas. O elemento mais controverso dessa característica está em como explicar que

⁴² “Diferentemente dos antropólogos, cuja noção de cultura traz implícita a ideia de relativização, Almond e Verba entendem que a *cultura política democrática* – ou *cultura cívica*, para usar a terminologia dos autores – é uma conquista da sociedade ocidental” (KUSCHNIR; CARNEIRO, 1999, p. 230).

diferentes civilizações possam formular culturas políticas idênticas (DUTRA, 2002). Diante disso, Berstein propõe que a noção de cultura política para os historiadores está “estritamente ligada à cultura global de uma sociedade” (1998, p. 352), isso por não considerar que ela tenha “uma existência prévia independente dos comportamentos que a inspiraria” (DUTRA, 2002, p. 16). Decorre daí que as culturas políticas são múltiplas; além de não caberem em uma tipologia, são várias dentro de um mesmo espaço nacional, na visão de Berstein.

A pluralidade das culturas políticas em uma mesma nação – contra a ideia original de culturas políticas de caráter nacional – está relacionada a outra crítica à formulação de Almond e Verba. Essa questão é examinada mais detidamente pelo historiador francês e a sua concepção possui maior influência no uso do conceito pelos historiadores, ainda que uma alternativa seja apontada mais recentemente. Berstein (1998) considera a ideia de uma cultura política nacional “sedutora e pouco satisfatória” (1998, p. 353). Seu argumento está calcado na ideia de que distintas culturas, em sentido geral, coexistem em uma sociedade, como uma cultura de elite, que é diferente de uma cultura das massas. Por isso, o historiador defende que “no interior de uma nação existe uma pluralidade de culturas políticas” (Ibid., p. 354); em certas situações, alguma delas pode se tornar dominante, mas não eliminar as demais, que permanecem disputando o espaço público, podendo influenciar e sofrer influência da cultura dominante de então.

Em trabalhos mais recentes, Motta tem proposto uma superação da oposição entre os modos de se conceber cultura política, seja através da leitura do caráter nacional ou da matriz pluralista, proposta por Berstein (MOTTA, 2018). Longe de sugerir um retorno ao modelo etnocêntrico de Almond e Verba, o historiador defende que “é possível admitir a existência de padrões culturais coletivos a um povo [...], convivendo com culturas ou subculturas que disputam esse espaço nacional, e que podem [...] carregar algumas características semelhantes” (Idem, 2009, p. 24). A partir dessa leitura, seria possível, por exemplo, a existência de uma cultura política brasileira que conviveria com outras culturas ou subculturas, como a trabalhista, a comunista, a conservadora, etc. e guardaria elementos comuns a todas elas. Esse, no entanto, é um debate em andamento que foge à proposta deste texto.

De maneira geral, a apropriação da cultura política pelos historiadores teve duas fontes de influência principais. Por um lado, houve forte influxo do paradigma culturalista, especialmente entre os anos 1980 e 1990, quando esse impactou os meios historiográficos (Idem., 2018). Por outro lado, boa parte das modificações aplicadas pelos historiadores ao conceito se deu por sua maior proximidade

com a antropologia, enquanto os cientistas políticos norte-americanos inspiravam-se na sociologia e na psicologia (Idem., 2009). Os antropólogos, já nas décadas de 1930 e 1940, questionavam as visões etnocêntricas nas pesquisas sobre as práticas políticas nas “sociedades primitivas”, procurando defini-las não pela negatividade, isto é, pela ausência de instituições semelhantes à da sociedade ocidental (KUSCHNIR; CARNEIRO, 1999). Dessa forma, por utilizar cultura em um sentido antropológico, os historiadores excluíram os elementos funcionalistas e etnocêntricos da formulação de Almond e Verba (MOTTA, 2013).

A abordagem das culturas políticas na historiografia procura estudá-las não somente como sistemas simbólicos ou funcionais e tenta perceber seu o enraizamento social (DUTRA, 2002). Mais do que procurar modelos pré-estabelecidos, os historiadores entendem que as culturas políticas nascem a partir das respostas dadas por uma sociedade aos problemas de sua história; ela passa, então, por uma elaboração lenta e complexa – o que a inscreve na Longa Duração – que culmina em sua interiorização e permite “explicar os comportamentos políticos a partir de uma fração do patrimônio cultural adquirido por um indivíduo durante sua existência” (BERSTEIN, 1998, p. 359). Da mesma forma, não são um dado fixo, imunes à mudança, pois estão em frequente contato com outras culturas que também disputam o espaço público, influenciando-se mutuamente (MOTTA, 2009). Além disso, não provém somente do emocional, pois “sua aquisição faz supor um raciocínio” e colocá-la em prática “implica análise ou, pelo menos, a adesão a uma análise proposta” (BERSTEIN, 1998, p. 360-361). Assim, ao considerar a relevância da cultura política não há intenção de “opor à escolha racional um paradigma culturalista”, mas sim de buscar “outras dimensões explicativas para os fenômenos políticos” (MOTTA, 2009, p. 28).

Entre as definições do conceito propostas pelos historiadores, aparecem diversas características comuns. Berstein (1998) parte da definição de Sirinelli⁴³, da qual retém o papel central do conceito de representações. Posteriormente, o historiador francês aprofundou “a ideia da cultura política como ‘sistema de representações portadores de normas e valores que constituiriam a identidade de grandes famílias políticas’” (DUTRA, 2002, p. 24). Assim, a cultura política seria um conjunto coerente e homogêneo, mas de componentes diversos, como “uma base filosófica ou doutrinal”, “uma leitura comum e normativa do passado histórico”, “uma visão institucional”, “uma concepção da sociedade

⁴³ “Pode-se admitir, com Jean-François Sirinelli, que se trata de ‘uma espécie de código e de um conjunto de referentes, formalizados no seio de um partido ou, mais largamente, difundidos no seio de uma família ou de uma tradição política’” (BERSTEIN, 1998, p. 350).

ideal” e “um discurso codificado” para exprimir o todo, que possui “palavras-chave [...] portadoras de significação” (BERSTEIN, 1998, p. 350-351).

A definição sugerida por Motta apresenta uma boa síntese, reunindo os principais pontos do conceito. O autor entende a Cultura Política como

conjunto de valores, tradições práticas e representações políticas, partilhado por determinado grupo humano, que expressa/constrói identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado, assim como fornece inspiração para projetos políticos direcionados ao futuro (2018, p. 114).

Podemos notar, novamente, o papel central das “representações”. O historiador ressalta a necessidade de tratá-las em sentido amplo, como um “conjunto que inclui ideologia, linguagem, memória, imaginário e iconografia, implicando a mobilização de mitos, símbolos, discursos, vocabulários e diversificada cultura visual” (Idem., 2013, p. 12). Forma-se, através desse conjunto de representações, algo como um código, expresso por um vocabulário, palavras-chave, pelo gestual e por práticas, que é compartilhado por indivíduos e pelo coletivo e que serve como indício para a compreensão das motivações dos atos e escolhas políticas, bem como as filiações dos sujeitos a determinados grupos. No entanto, apesar do caráter central que a categoria “representação” possui, não se pode restringir os estudos de cultura política a esse tema, isso porque as práticas motivadas pelas representações têm igual importância para a compreensão dos fenômenos. A principal sugestão nesse ponto é não opor práticas e representações, sendo melhor “considerar a existência de uma relação de mútua determinação”, na qual “as ações influenciam as representações, que nela se inspiram e buscam forma, e também garantem sua reprodução através de práticas rituais” (Idem., 2009, p. 22-23).

Desse modo, o conceito de cultura política é entendido entre os historiadores como esse conjunto de práticas e de representações que parte do pressuposto de que os seres humanos agem movidos por ideias e interesses racionais, e juntamente por “paixões e sentimentos, como medo, ódio e esperança” (Idem., 2013, p. 11), mobilizados através de “crenças, mitos, ou pela força da tradição” (Idem., 2009, p. 22). Assim, através do gestual, do argumentário, dos discursos, das palavras-chave e das ações seria possível descobrir as filiações políticas dos indivíduos, o que pode contribuir para explicar seus comportamentos e posicionamentos. Além disso, permite compreender a coesão de um grupo que compartilha da mesma cultura (BERSTEIN, 1998). É preciso destacar, entretanto, que não se trata de um reducionismo culturalista, já que o argumento principal é que “as escolhas podem sofrer a influência da cultura política, que oferece aos agentes alguns padrões de ação já inscritos nas

tradições” (MOTTA, 2018, p. 113), mas cujo grau de interferência depende dos sujeitos e do contexto com o qual estão interagindo. Por isso, não se trata de comportamentos determinados por estruturas culturais, pois o campo da política supõe o protagonismo dos sujeitos e possibilidades de escolha. Dessa forma, há sempre margem para a opção entre diferentes caminhos (Idem., 2013)

A integração das culturas políticas, isto é, as formas como elas são transmitidas e reproduzidas favorece o fato de não existir uma determinação única por parte das estruturas culturais. Isso porque as culturas políticas são difundidas através de vetores e canais variados, que são os mesmos da socialização política tradicional. Dessa forma, “nenhum desses vetores da socialização política procede por doutrinação” e a “sua multiplicidade proíbe pensar que se exerce sobre um dado indivíduo uma influência exclusiva” (BERSTEIN, 1998, p. 357). Entre esses vetores ou canais de reprodução das culturas políticas estão: a família; as instituições educacionais, como a escola e a universidade; as instituições militares; ambientes de trabalho; partidos políticos; sindicatos; agremiações esportivas; entidades religiosas; os meios de comunicação; em suma, “diversos grupos onde os cidadãos são chamados a viver” (Ibid., p. 356). É essa ação variada, contraditória, composta por diversas influências que permite aos sujeitos a filiação a uma cultura política, “a qual é mais uma resultante do que uma mensagem unívoca” (Ibid., p. 357).

Em diversas obras historiográficas esses canais de transmissão das culturas políticas são objeto de análise; em outros casos, os repertórios de ação e de representação que são o foco dos estudos (DUTRA, 2002). Outro enfoque que pode contribuir para as pesquisas que envolvem a cultura política é o do método comparativo, cujo olhar permite realçar características que se destacam na comparação de realidades e tradições (MOTTA, 2018). Além dessas abordagens, cabe mencionar os trabalhos da antropóloga Karina Kuschnir, que examina trajetórias individuais associando-as ao mapeamento de redes sociais, permitindo “discutir a multiplicidade de percepções e valores associados à prática política” (KUSCHNIR; CARNEIRO, 1999, p. 241). Apesar das diversas possibilidades de pesquisa, Motta (2009) atenta para a necessidade do investimento em discussões sobre metodologias. Levando isso em consideração, pretendemos abordar a seguir algumas produções bibliográficas que utilizam o conceito de cultura política associada à análise de trajetórias.

Cultura política e a análise de trajetórias

Nesta seção abordaremos algumas produções de historiadores que utilizaram o conceito de cultura política articulado à análise de trajetórias. Nosso objetivo aqui é demonstrar que o uso de biografias e trajetórias para pesquisas sobre culturas políticas já ocorre na historiografia. É a partir da inspiração nos procedimentos metodológicos utilizados por esses autores que pretendemos propor a utilização da prosopografia como metodologia para o mesmo tipo de análise.

O primeiro dentre os selecionados é o artigo de Maciel (2018), cuja pesquisa tem como sujeito Carlos Gomes de Oliveira, político catarinense, natural de Joinville, que ocupou diversos cargos federais e estaduais ainda na primeira metade do século XX. Em linhas gerais, Maciel (2018) pretende refletir sobre a relação de Carlos Gomes de Oliveira com a Revolução de 1930, buscando compreender sua atuação, as representações mobilizadas pelo político para justificá-la, assim como as experiências que proporcionaram essas representações. É possível resumir a questão central do trabalho da seguinte forma: por que Carlos Gomes de Oliveira, apesar de seus laços com a família Konder e fidelidade ao Partido Republicano Catarinense (PRC), apoiou a Revolução de 1930 e o Governo Provisório de Getúlio Vargas?

O artigo de Maciel (2018) está entre os quais selecionamos, principalmente, pela forma como busca responder essa questão. A introdução do artigo permite antever que o historiador atribui relevância ao conceito de cultura política para responder suas questões. E é justamente esse aspecto que interessa para nossa análise: o autor utiliza largamente elementos da trajetória de Carlos Gomes de Oliveira para investigar as culturas políticas que o influenciaram e assim elaborar uma resposta. Utilizando a mesma definição de cultura política de Motta (2018) citada na seção anterior, o autor considera que a atuação política e as tomadas de decisões ocorrem através da utilização de “alguma bagagem cultural e experiências à mão” (MACIEL, 2018, p. 50). Maciel (2018) afirma, portanto, a necessidade de apreender as relações de Carlos Gomes de Oliveira com a sociedade a sua volta, com as diferentes culturas políticas nela encontradas e com os espaços de socialização política acessados pelo biografado. A reconstituição desses elementos é feita através da análise da trajetória do sujeito em foco e o ponto de partida do historiador é um texto escrito pelo personagem pesquisado em 1930 no *Correio de Joinville*. O periódico se configura em um dos seus principais espaços de atuação do biografado, além de uma importante fonte para o trabalho do historiador. Junto à utilização dos textos e discursos – que permitem o acesso às ações e representações que Carlos Gomes de Oliveira produziu

sobre sua realidade – o historiador reconstrói e analisa sua trajetória, investigando, dessa forma, suas relações.

Inicialmente, o historiador busca estabelecer alguns laços sociais de seu personagem, como o fato de ser de uma família “bem inserida na política local” (Ibid., p. 51) e ter se formado na Faculdade de Direito de São Paulo. Sua formação não é destacada somente como um atributo de diferenciação, mas por ter sido na faculdade que o personagem estabeleceu vínculos com representantes de duas importantes famílias políticas de Santa Catarina: Adolfo Konder e Nereu Ramos. O contato com os Konder rendeu, conforme o autor, laços de amizade com Marcos Konder, irmão de Adolfo. De acordo com Maciel (2018), a proximidade com os Konder explica também a presença partidária de Carlos Gomes de Oliveira no PRC. Dessa forma, o historiador procura mapear espaços ocupados por seu personagem, o que permite conhecer alguns canais de socialização política e reprodução das culturas políticas que possam tê-lo influenciado.

Outros contatos com esses canais são expostos quando o autor afirma que, por volta dos anos 1920, o personagem atuou na empresa do sogro, no setor de energia e também no setor de erva-mate. O contato com os ervateiros é destacado porque Carlos Gomes de Oliveira participou de reuniões entre a categoria e o governo, o que foi possível, segundo o autor, “provavelmente através da influência pessoal de seu sogro e do apoio institucional de Adolfo Konder (Ibid., p. 56). Assim, Maciel (2018) demonstra de que forma a ocupação profissional de Carlos Gomes de Oliveira teve impacto na sua ação política e, também, como seus laços políticos e familiares lhe garantiram um papel de proeminência, como na mediação entre os ervateiros e o governo. O vínculo do personagem com diferentes grupos e classes sociais também ocorreu, conforme o historiador, através de contato com movimentos de trabalhadores do campo e da cidade, exemplificados por sua atuação junto à Liga dos Lavradores, a partir de 1921 e em momentos da Greve de 1917. Essa é uma questão relevante que foi retomada pelo autor para explicar as ações do personagem analisado durante a Revolução de 1930.

Mais do que conhecer os vínculos e os espaços ocupados, o historiador preocupa-se em saber como Carlos interpretava esses contatos, ponto de vista que é proporcionado por artigos publicados no jornal *Correio de Joinville*, além de discursos proferidos em diferentes ocasiões. É através das representações mobilizados por Carlos Gomes de Oliveira e da análise de suas relações que Maciel (2018) consegue compreender suas ações, bem como suas justificativas. Para estabelecer essa compreensão, o autor articula os aspectos biográficos ao conceito de cultura política. Maciel (2018) foca sua pesquisa em dois aspectos que, como vimos na seção anterior, são fundamentais para

compreender a manifestação das culturas políticas: ações e representações e, particularmente, interessa destacar que para acessar esses elementos, o autor recorre à análise de trajetória. A respeito da questão central, o autor afirma que a adesão de Carlos à Revolução de 1930 e o regime por ela inaugurado “responde a diversas demandas, raciocínios e representações que ele fazia daquele momento histórico, internalizadas através do relacionamento que manteve com grupos vetores da socialização política” (Ibid., p. 63). Ou seja, as relações, contatos com diversos canais de difusão das culturas políticas, aliadas ao cálculo racional e às representações mobilizadas pelo sujeito estudado permitem que Maciel (2018) elabore uma explicação para as ações de Carlos Gomes de Oliveira.

Para explicar o apoio de seu personagem à chamada Revolução de 1930, o autor relembra seu contato com os movimentos de trabalhadores. Conforme Maciel (2018), esse vínculo lhe proporcionou uma leitura sobre as questões sociais e essa leitura teria sido determinante para a posição tomada por Carlos Gomes de Oliveira em 1930, mas também em situações anteriores⁴⁴. De acordo com o historiador, Carlos considerava que as reivindicações da classe trabalhadora deveriam ser atendidas, mas em uma “atmosfera de paz”, buscando “frear o ímpeto de grevistas e camponeses” (Ibid., p. 53); achava que a solução passava pelo sistema político, que deveria ser aprimorado, através da moralização dos costumes políticos e da constituição de partidos que não estivessem dissociados dessa parcela da população. Dessa forma, quando a Aliança Liberal, coligação liderada por Vargas, se utilizou dessas bandeiras obteve a simpatia de Carlos Gomes de Oliveira; já quando saiu vitoriosa do processo “revolucionário” a trajetória de Carlos o “credenciaria a tomar seu quinhão entre os vitoriosos” (Ibid., p. 63).

Sem deixar de lado as representações mobilizadas em textos e discursos, Maciel (2018) procura explicar como a bagagem cultural e as experiências de seu personagem o levaram a apoiar o novo governo instaurado em 1930 e o faz através de elementos da trajetória desse sujeito, aspecto metodológico que nos interessa destacar. Sua posição na política municipal, o contato com as classes trabalhadoras na Greve de 1917 e na Liga dos Lavradores e o papel de liderança entre os ervateiros são compreendidos de maneira relacional, demonstrando de que formas influenciaram suas leituras da realidade, principalmente no que se refere à bagagem cultural proporcionada. Levando em conta o conceito de cultura política utilizado pelo historiador, fica evidente que ele consegue articular o exame

⁴⁴ Segundo o historiador, essa era uma postura adotada por seu biografado desde 1922 e teve influência, inclusive, no seu retorno ao PRC, pois Adolfo Konder apresentava uma “tônica ‘reformista’” (MACIEL, 2018, p. 57) a frente do partido e do governo estadual.

da trajetória de Carlos Gomes de Oliveira à sua ação política em discursos e artigos. Esse é um aspecto fundamental que merece ser destacado: a utilização da aposta biográfica não pode ser tomada como uma metodologia isolada para o estudo de culturas políticas, já que isso seria insuficiente para caracterizar algum impacto nos indivíduos. Ao utilizar a análise de trajetórias para esse tipo de reflexão, há uma necessidade de combinar dados biográficos com discursos e textos nos quais os sujeitos emitem valores e visões de mundo.

Principalmente, interessa destacar do texto de Maciel (2018) dois pontos que se aliam ao que pretendemos desenvolver na seção seguinte, sobre a possibilidade da prosopografia ser utilizada como metodologia para pesquisas sobre culturas políticas: (1) a importância da análise de trajetória para o mapeamento das redes de relações e dos contatos do sujeito estudado com os vetores de socialização política, circunstância fundamental para a formação de uma cultura política; e (2) a possibilidade metodológica que a análise de trajetória traz para a investigação dos dois elementos pelos quais se manifestam as culturas políticas: as ações e as representações. Dessa forma, a análise da trajetória do personagem permite compreender que alguns contatos lhe ofereceram uma bagagem cultural que influenciaram sua atuação política: o laço com os Konder colocou Carlos Gomes de Oliveira na posição de ter de “se explicar” sobre seu apoio à Revolução de 1930, além de ter propiciado sua liderança entre os ervateiros; seu contato com as classes trabalhadoras lhe proporcionou uma concepção de como tratar a questão social. Esses dois aspectos são parte da explicação dada por Maciel (2018) para ação de Carlos Gomes de Oliveira e são acessados através da reconstituição da trajetória do sujeito e da análise de suas representações e ideias mobilizadas em discursos e textos.

Outro trabalho que merece atenção é o de Pereira (2017). Nele, o historiador reflete sobre “o lugar da democracia na cultura política brasileira” (2017, p. 360) valendo-se da comparação de dois momentos da trajetória do político mineiro José Maria Alkmin – as crises políticas de 1955 e 1964⁴⁵. Pereira (2017), inicialmente, apresenta seu personagem: Alkmin era mineiro de Bocaiúva e estudou em Diamantina, onde conheceu Juscelino Kubitscheck, político que estava no centro da crise de 1955, ao ter sua posse na presidência da República contestada pela União Democrática Nacional (UDN). Formou-se em Direito no final da década de 1920, quando foi morar em Belo Horizonte; nessa cidade ainda foi repórter da Imprensa Oficial de Minas Gerais, o que possibilitou contato com influentes

⁴⁵ O autor propõe discutir, igualmente, sobre o caráter nacional das culturas políticas, optando por seguir a “senda aberta por Motta” (PEREIRA, 2017, p. 358) de superação da dicotomia entre as visões de cultura política como plurais ou nacionais.

líderes políticos do estado naquela conjuntura, como Antônio Carlos de Andrada e Olegário Maciel. Nas décadas seguintes ocupou diversos cargos em seu estado natal e nas eleições entre 1945 e 1966 sempre foi eleito deputado federal pelo Partido Social Democrático (PSD), do qual foi um dos fundadores e figura central na seção mineira. Vê-se que assim como Maciel (2018), Pereira (2017) expõe os dados da trajetória de Alkmin para demonstrar suas relações, bem como os espaços pelos quais passou e que lhe proporcionaram o contato com diferentes vetores e canais de socialização política e de reprodução das culturas políticas.

De acordo com Pereira (2017), em 1955, Alkmin teve o ápice de sua carreira; na perspectiva do historiador, estava preparado pois havia sido formado por duas importantes culturas políticas, a da mineiridade⁴⁶ e a pessedista⁴⁷. É necessário destacar para os fins do presente artigo que a classificação feita pelo historiador – definindo Alkmin como filiado às duas culturas políticas – é possível graças à análise da sua trajetória. Essa é a mesma abordagem metodológica realizada por Maciel (2018) e nos ajuda a justificar a sugestão do uso da prosopografia para o estudo das culturas políticas. Nesse caso, a diferença estaria, unicamente, no foco da análise, já que os trabalhos de Maciel (2018) e Pereira (2017) estão interessados em trajetórias individuais – ainda que tomando os sujeitos em suas relações com os grupos sociais que os cercam – enquanto a prosopografia preocupa-se com a trajetória de grupos.

Conforme Pereira (2017), Alkmin foi formado pela mineiridade e pelo pessedismo porque durante sua trajetória ocupou espaços que difundiam elementos caros a essas culturas políticas, além de ter criado laços com outros “filiados”, como as lideranças mineiras mencionadas anteriormente. O autor destaca que as duas culturas políticas possuíam elementos comuns que também expressavam elementos mais gerais da cultura política nacional. Da mesma forma, as duas foram “lugares” de formação política de José Maria Alkmin, fator que contribuiu para compreender a atuação do personagem nos momentos destacados. Ou seja, por um lado, a trajetória de Alkmin permite ao autor classificá-lo como filiado às culturas políticas da mineiridade e do pessedismo; por outro lado, essa

⁴⁶ O historiador afirma que a mineiridade seria constituída por diversos elementos como “a valorização da ordem, tradição e estabilidade, a defesa de soluções negociadas e centristas, o pragmatismo e a perspicácia e habilidade dos seus líderes” (PEREIRA, 2017., p. 364). Além disso, se projetaria sobre o Brasil, apresentando Minas Gerais como gerador da estabilidade do país. Pereira (2017) afirma ser razoável considerá-la uma cultura política regional.

⁴⁷ O pessedismo dizia mais respeito, obviamente, ao PSD. O partido tinha raízes nas estruturas do Estado Novo, reunindo lideranças leais a Vargas. Possuía forte vocação governista e teve as suas “regras internas” sintetizadas por Lucia Hippolito (PEREIRA, 2017). Conforme a classificação da cientista política, citada pelo autor, os membros do partido se dividiam em dois grupos: os mais conservadores e experientes eram as “raposas”, a maioria no partido; já os mais jovens e reformistas formavam a “Ala Moça”. Alkmin era o “centro do centro”, e fazia o contato entre JK e o grupo de jovens reformistas.

filiação proporciona ao historiador a construção de uma explicação para a atuação do sujeito estudado nos recortes temporais escolhidos.

De maneira breve, destaca-se dos eventos de 1955 que Alkmin, com apoio de políticos e militares, costurou um acordo que garantiu a posse de JK, evitou um golpe, mas também concedeu o perdão aos golpistas derrotados. Para isso, esses setores valeram-se de um golpe revestido por uma solução constitucional construída por Alkmin via parlamento. Entretanto, o historiador questiona se foi a preservação da democracia a razão dos fatos de novembro de 1955, ou se Alkmin e outros juscelinistas defenderam a legalidade por estarem em posição confortável, contando com maioria no Congresso Nacional. Cabe lembrar que, além de compreender a atuação do político mineiro através de sua filiação à determinada cultura política, o historiador quer refletir sobre o espaço da democracia na cultura política nacional e é por isso que a comparação com 1964 se torna profícua, especialmente considerando o que se passou entre os dois momentos.

Para seguir com sua reflexão, o historiador continua expondo sua análise da trajetória do personagem entre 1955 e 1964: após a posse de JK, Alkmin foi nomeado Ministro da Fazenda, cargo no qual permaneceu até junho de 1958; durante esse período manteve grande proximidade com a chamada Ala Moça, continuando a ser elo entre o grupo e JK. Essa parceria, contudo, custou caro, pois ele e os moços foram derrotados pelo grupo mais conservador, as “raposas”, cujo desejo era frear uma possível renovação do partido. As derrotas dos moços e de Alkmin trouxeram consequências: diferente de seus antigos aliados da Ala Moça, o político mineiro chegou aos anos 1960 mais a direita, perdendo espaço para Tancredo Neves, que controlava o partido em Minas Gerais e estava mais próximo de João Goulart, presidente desde 1961. Assim, conforme Pereira (2017), o mesmo personagem que lutou contra o golpismo da UDN e foi líder da Ala Moça, estava, em março de 1964, ao lado dos conspiradores e golpistas. Como podemos notar, a análise da trajetória de Alkmin, de suas experiências, relações e contatos com vetores de difusão de culturas políticas permite ao historiador a reconstituição de valores e ideias aos quais o político passou a vincular-se. São esses valores, ideias e experiências que ajudam a conformar uma explicação para atuação de Alkmin no novo contexto, bem como ao autor refletir sobre o lugar da democracia na cultura política brasileira.

Utilizando a análise desses dois momentos da trajetória de José Maria Alkmin, o historiador apresenta a hipótese de que, para aquela conjuntura específica, a maior parte dos grupos políticos tinha a democracia como elemento relevante, mas secundário, aceitável se pudesse estar harmonizado com outros princípios. O autor demonstra que quando seu partido formava uma aliança majoritária, Alkmin

defendeu a democracia, já em 1964, juntou-se aos golpistas, ainda que utilizando o mesmo pretexto. Para definir suas posições, o autor afirma que operaram um conjunto variado de fatores e influências. De nossa parte, cabe destacar que para formular sua explicação, o historiador salienta à influência das culturas políticas integradas pelo parlamentar. Ressaltamos também que a filiação de Alkmin às mencionadas culturas políticas – mineira e pessedista – é identificada através do estudo de trajetória. É por meio dessa análise que Pereira (2017) consegue compreender os diversos fatores que contribuem para a atuação de Alkmin nos dois momentos. A trajetória do político mineiro é utilizada para a construção das explicações: desde sua formação que o vinculou às culturas políticas mineira e pessedista, passando pelos novos laços criados durante os anos de ministério no Governo JK, culminando com a nova posição tomada após as derrotas sofridas junto da Ala Moça. Dessa forma, o historiador articula a análise da trajetória com o estudo das culturas políticas, aspecto metodológico que nos interessa e contribuiu para que possamos sugerir a prosopografia como metodologia capaz de contribuir para pesquisas do mesmo tipo.

Outro parlamentar mineiro é analisado por Pereira em produção de 2019. Nesse texto, o autor discute as culturas políticas da mineiridade e do udenismo tendo como ponto de referência a trajetória de Oscar Dias Corrêa. Foco especial é dado para a atuação do parlamentar entre 1945 e 1955 e sua ferrenha oposição a Juscelino Kubitscheck, no governo desse em Minas Gerais e em sua caminhada para a presidência da República. Logo no início do seu texto o historiador demonstra como pretende dividi-lo: apresenta dados biográficos de seu personagem, analisa o udenismo e a mineiridade – culturas políticas nas quais Oscar Corrêa se formou – e apresenta sua atuação no período entre 1945 e 1955; para fins de análise, nos interessa os dois primeiros pontos. Como nos casos anteriores, os dados biográficos servem para situar o sujeito em relação aos espaços que ocupou, apresentar como se deu sua socialização política e com quais vetores de difusão das culturas políticas ele teve contato.

Conforme o autor, Oscar Dias Corrêa nasceu em Itaúna, cidade de Minas Gerais, em 1921. Lá fez seus anos escolares, mas também recebeu rígida educação doméstica sob o que chamou de “modelo português de educação” (PEREIRA, 2019, p. 185); foi através de seu pai que o futuro deputado teve “sua imersão no mundo da política” (Ibid., p. 188). Em 1943, formou-se em Direito na Universidade de Minas Gerais, ano em que venceu dois concursos promovidos pelo Instituto de Advogados Brasileiros (IAB). Segundo Pereira (2019), o reconhecimento e as vivências no campo do Direito foram de suma importância para a formação política de Corrêa, elemento que põe relevo ainda maior à análise de sua trajetória. Naquele período, o IAB de Belo Horizonte era uma instituição fortemente

antigetulista, o que contribuiu para ser, em Minas, local de nascimento do principal partido de oposição à Vargas, a UDN. Graças à sua inserção nesse espaço, possibilitada pelos prêmios recebidos e por sua formação acadêmica, Oscar Corrêa filiou-se à UDN e à cultura política udenista.

Assim, através da análise da trajetória do político, Pereira (2019) identifica contatos com vetores de socialização política e de difusão de culturas, sendo um deles a família do personagem e outro o IAB. O autor atribui grande importância ao papel da família – especificamente do pai – e aos seus anos de formação acadêmica que possibilitaram contato com o IAB, espaço de reunião de figuras antigetulistas. A partir desses elementos formadores da trajetória de Corrêa e de sua atuação política, o historiador identifica a importância das culturas políticas da mineiridade e do udenismo. Para isso, conta com fontes que se somam à análise da trajetória do sujeito estudado e investiga também as representações mobilizadas em textos e discursos. São utilizadas entrevistas dadas pelo deputado para projetos de memória da Assembleia Legislativa de Minas Gerais e da Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), ambas concedidas já nos anos 2000; mas também textos publicados nos anos 1950⁴⁸. Esses textos serviram como fonte para o historiador.

Nos artigos de Oscar Corrêa, Pereira (2019) identifica representações de Minas e da mineiridade, combinada com características próprias do udenismo, como a “lisura, honestidade e nobreza” (Ibid., p. 187). Conforme o historiador, o udenismo foi uma expressão “de certa cultura política de corte liberal, mas também conservadora e, em outras conjunturas, autoritária” (Ibid., p. 190). A UDN foi forjada na oposição à Ditadura do Estado Novo que se desenrolou em mobilização contra o getulismo e, depois, contra o trabalhismo. Segundo Pereira (2019), a cultura política do udenismo possuía traços de elitismo e salvacionismo, que colocavam o partido como salvador da República. Atribuía a si mesmos uma superioridade para governar, que estava relacionada à honra e à tradição, do que decorre uma ênfase na família e nos grandes nomes. Por isso, para os filiados a essa cultura política, eram necessários verdadeiros líderes, estadistas, que garantiriam o bom funcionamento da sociedade, acima dos interesses particulares, evitando falsos governantes. Segundo o historiador, a atuação política de Oscar Corrêa seria influenciada pela soma ou pela união de características ligadas a essas duas culturas políticas: a vocação para a política, traço da mineiridade, combinava-se com a autoimagem de superioridade da cultura política udenista, por exemplo.

⁴⁸ Por ser mineiro e um dos principais críticos e opositores do governo JK no estado de Minas Gerais, Oscar Corrêa passou a escrever colunas para o Diário de Notícias.

Nessa produção, Pereira (2019) prioriza os textos e discursos de seu personagem, mas sempre articulados à análise de sua trajetória. Essa questão serve para reiterar o que já afirmamos: a reconstrução de trajetórias, seja ele na forma de biografia individual ou na forma de prosopografia – como pretendemos propor – não é suficiente para o estudo das culturas políticas e deve estar combinado com a análise das representações feitas pelos sujeitos estudados. Baseando-se nos escritos de Oscar Corrêa, Pereira (2019) é capaz de vê-lo integrado ao grupo dos bacharéis da UDN⁴⁹. Isso porque boa parte das representações mobilizadas pelo político estavam de acordo com essa perspectiva aristocrática, mas também pelas relações identificadas a partir da análise de sua trajetória. Além disso, conforme Pereira (2019), Oscar Corrêa estava alinhado ao udenismo em outros aspectos, como o orgulho por fazer uma campanha sem financiamento de empresas ou instituições, demonstrando sua lisura e idoneidade. A representação criada para si, que ajuda a compreender sua atuação naqueles dez anos, entre 1945 e 1955, está alinhada às culturas políticas mencionadas, especialmente com o udenismo.

No entanto, a filiação de Oscar Corrêa a essas culturas só pode ser entendida ao se combinar a análise de seus discursos e textos com sua formação e trajetória. É principalmente esse elemento que nos interessa destacar: a análise de trajetória serve como metodologia para os estudos de culturas políticas na medida em que permite aos historiadores identificarem relações dos sujeitos pesquisados com grupos e espaços que são difusores das diversas culturas políticas presentes em determinada sociedade, mas também ao dar conta dos elementos que são fundamentais para a manifestação das culturas políticas: as ações e as representações.

No caso do artigo de Pereira (2019), a análise da trajetória e atuação de Oscar Dias Corrêa tem o potencial de identificar a disseminação das culturas políticas duplamente: por um lado vê-se como, através de seus contatos e de sua formação, o deputado foi formado pela cultura política da mineiridade e do udenismo – especialmente, nesse caso, em contato com políticos que formaram a UDN; por outro, o historiador procura demonstrar como o próprio Corrêa foi um disseminador das culturas políticas udenista e da mineiridade através de seus discursos e textos. Dessa forma, ações e representações são vistas de maneira complementar e são acessadas através da análise da trajetória e dos discursos do personagem escolhido.

⁴⁹ Conforme Pereira (2019), o grupo dos “bacharéis” via a si mesmo como a UDN autêntica.

Culturas políticas e prosopografia

Inspirando-nos pelas produções apresentadas na seção anterior, pretendemos, à guisa de conclusão, propor o uso da prosopografia como metodologia capaz de contribuir para o estudo de culturas políticas. Do ponto de vista prático, essa metodologia prevê a delimitação de um grupo ou população a ser estudado a partir de um ou vários critérios. Ao grupo é aplicado um questionário biográfico abordando suas características e seus atributos (local de nascimento, idade, laços familiares, formação educacional, vínculos políticos, filiação religiosa, etc.), o que permite que seja reconstruída a trajetória dos sujeitos observados. Essas informações proporcionam a descrição dos principais perfis do grupo, de suas dinâmicas internas e de seus critérios de recrutamento, bem como das relações dos indivíduos entre si e com membros de outros campos (CHARLE, 2006; FERRARI, 2010). Muito da importância dessa metodologia reside em sua capacidade de identificar os sujeitos nos processos históricos, como revoltas, greves ou eleições, por exemplo. Conforme Bulst (2005), o conhecimento prévio das pessoas envolvidas em um evento, ou que fizeram parte de uma universidade ou partido, pode beneficiar muitas pesquisas, dando respostas a novas e antigas perguntas⁵⁰.

Dessa forma, a prosopografia pode contribuir para o estudo das “estruturas políticas e sociais de certos grupos, fenômenos como a continuidade e a descontinuidade, ascensão e o declínio de sistemas políticos”, como também a “ação política, a mobilidade social e a transformação social” (BULST, 2005, p. 58). Além disso, mais do que descrever perfis ou destacar elementos comuns a um grupo, uma abordagem prosopográfica que esteja preocupada com a investigação das culturas políticas deve centrar sua análise, principalmente, nas relações entre os sujeitos, como também desses com outros grupos. A partir da exposição dos artigos de Maciel (2018) e Pereira (2017; 2019) na seção anterior procuramos demonstrar a potencialidade das análises de trajetória para pesquisas envolvendo culturas políticas. Os trabalhos apresentados e debatidos colaboram para a justificação da prosopografia como uma metodologia para esse tipo de pesquisa, tendo em vista sua capacidade de proporcionar uma investigação dos sujeitos em relação a uma coletividade e aos espaços sociais que o cercam. Como pudemos notar, os dois historiadores elaboram suas explicações para o comportamento político de seus sujeitos através de vários elementos, dentre os quais está a análise de suas trajetórias.

Em seu artigo pioneiro, publicado em 1971, no qual procura realizar uma reflexão sobre a metodologia, Stone classifica a prosopografia como “investigação das características comuns de um

⁵⁰ Um exemplo citado por Bulst (2005) é o da pesquisa sobre as “assembleias representativas na França”, que, segundo ele, “somente podem ser desenvolvidas se os próprios representantes forem pesquisados” (BULST, 2005, p. 57).

grupo por meio de um estudo coletivo de suas vidas” (STONE, 2011, p. 115). Conforme Marcela Ferrari (2010), ainda que para Stone não passasse despercebida “la necesidad de establecer las relaciones entre los individuos [...], su estado de la cuestión ponía el acento en aspectos referidos a la distribución de características y atributos de los elencos analizados” (2010, p. 532). A historiadora prefere destacar a abordagem prosopográfica proposta por Charle, que não se contenta em analisar os perfis elaborados a partir das características mais comuns, mas também se interessa pelos discursos, reflexões e tomadas de posições políticas. Essa nos parece uma abordagem mais interessante para a análise das culturas políticas através da prosopografia. Esse é inclusive um tratamento muito semelhante aos que foram feitos por Maciel (2018) e Pereira (2017; 2019): além de analisar os atributos e características de seus biografados, os autores se interessam por seus discursos e posições tomadas. Ademais, tratam esses atributos a partir de seus aspectos relacionais, procurando entender como eles foram mobilizados durante a trajetória.

Segundo Marcela Ferrari (2010), Charle estaria mais preocupado em descobrir que estratégias são ou não possíveis na construção de uma trajetória: “estrategias que no son totalmente racionales sino que están en relación com el espacio de los posibles biográficos, ligadas a la formación de los individuos y sus valores” (Ibid., p. 533). Conceber a ação política como fenômeno que não é determinado somente por interesses racionais, mas também pela socialização política e por um conjunto de valores e uma bagagem cultural, é aspecto que aproxima a prosopografia do conceito de cultura política, conforme discutimos anteriormente. Sendo assim, consideramos que essa metodologia pode servir à análise das culturas políticas, elucidando comportamentos políticos a partir do levantamento das possibilidades que se encontram disponíveis a um sujeito ou grupo em determinado contexto. Tais possibilidades dependem das características e atributos do personagem em tela, assim como de suas relações com outros indivíduos.

No entanto, dependem ainda de outros aspectos como valores, tradições, práticas e representações políticas partilhadas pelo grupo do qual faz parte. Esses são elementos que compõem as culturas políticas, o que significa que elas podem ser investigadas através da prosopografia. Se o conceito de cultura política oferece uma resposta alternativa para as ações políticas – sem pretender cair em um “reducionismo culturalista” – a prosopografia pode contribuir para a investigação dessas múltiplas influências que interferem em cada decisão e tomada de posição. Além disso, como a cultura política é, ao mesmo tempo, um fenômeno individual e coletivo (BERSTEIN, 1998), parece frutífero

analisá-la a partir de uma metodologia que tem por princípio considerar o indivíduo nas suas relações com o conjunto, com o coletivo.

Os artigos apresentados na seção anterior já dão uma boa indicação do caminho a se seguir para a realização de pesquisas que envolvam o estudo das culturas políticas e a análise de trajetória. Maciel (2018) demonstrou como a atuação política de seu personagem, Carlos Gomes de Oliveira, foi marcada tanto por elementos de sua formação, como por seus laços sociais com famílias importantes e também por seu contato com movimento de trabalhadores. O autor destaca, principalmente, esse último aspecto como preponderante para a adesão do personagem ao novo governo estabelecido em 1930. Pereira (2017) procura realizar o mesmo caminho em seu artigo sobre José Maria Alkmin – ainda que sua questão seja mais ampla, envolvendo o lugar da democracia na cultura política brasileira. Para tanto, o historiador procura nos anos de formação, de atuação profissional e de atuação política elementos que possam ajudar a compreender os posicionamentos do sujeito estudado em 1955 e em 1964. Defende que sua bagagem cultural foi formada a partir de duas culturas políticas – a mineiridade e o pessedismo – e complementa sua análise observando os caminhos tomados por Alkmin entre os anos citados. Já em seu artigo de 2019, o historiador procura identificar os elementos que ajudam a compreender a atuação de Oscar Dias Corrêa, recorrendo a sua formação profissional e familiar. Importa salientar que a formação de Corrêa é destacada pelas relações que o personagem pôde criar a partir dela, como sua inserção no IAB, ambiente de propagação da cultura política udenista. Nos três casos analisados, podemos ver que os historiadores utilizam as trajetórias vinculadas aos discursos e textos, de modo a dar conta de ações e representações, dois elementos pelos quais se manifestam as culturas políticas. Consideramos que a prosopografia pôde dar conta desses mesmos elementos.

A abordagem prosopográfica, da mesma forma que as pesquisas de trajetórias realizadas por Maciel (2018) e Pereira (2017; 2019), possibilita que sejam identificados com quais vetores de socialização política e de difusão das culturas políticas determinado personagem, ou grupo de personagens, teve contato. Por outro lado, permite entender os sujeitos em suas relações, nos diferentes espaços que ocuparam ao longo de suas trajetórias, além das principais características dos conjuntos considerados. Os casos citados na seção anterior são exemplares nesse sentido, embora tratem de trajetórias individuais. Isso ocorre na análise de Maciel (2018), que destaca o contato de Carlos Gomes de Oliveira com os movimentos de trabalhadores para explicar sua atuação política em 1930; ocorre também no artigo de Pereira (2017), que procura demonstrar como as vivências de Alkmin entre 1955 e 1964 transformaram sua posição, afastando-o, inclusive, de antigos aliados; e pode

ser visto também no artigo de Pereira (2019), na forma como Oscar Dias Corrêa adere ao udenismo a partir de seus contatos no IAB, que foram propiciados por seu ambiente de formação acadêmica. Em todos os casos, os autores basearam-se na análise das trajetórias para elaborarem suas conclusões. No caso da prosopografia o trabalho metodológico seria semelhante, com a diferença de que o enfoque estaria em um grupo ou conjunto, ainda que considerando o indivíduo nas suas relações com esse conjunto, conforme afirma Bulst (2005).

Esse enfoque contribui para a comparação, elemento caro tanto a prosopografia quanto às pesquisas sobre culturas políticas. Por último, considerar as possibilidades de ação e escolha de um determinado indivíduo proporciona o conhecimento do grau de influência de uma ou outra cultura política em suas ações; evidencia qual característica de determinada cultura política foi preponderante para suas escolhas; ou, ainda, qual o papel da cultura política na coesão de um grupo. Tendo em conta esses aspectos, a prosopografia tem potencial de investigar as várias influências que convergem para a ação política e, como foi debatido nesse texto, a cultura política está entre os elementos que podem condicionar as decisões e ações nesse campo.

Dito isso, é preciso ressaltar que o uso isolado da prosopografia pode levar a distorções. Como já ressaltamos no decorrer do texto, junto à análise prosopográfica deve estar a investigação de discursos e textos nos quais os sujeitos emitem seus valores e suas visões de mundo, para que possamos acessar, assim, as representações mobilizadas. Isso também é realizado por Maciel (2018) e Pereira (2017; 2019), que não centram seus trabalhos somente nas trajetórias e procuram também os discursos e textos de seus biografados. Nossa proposta de utilização da prosopografia daria conta de parte da análise. Assim como os trabalhos apresentados e debatidos na seção anterior não têm a biografia como um fim em si mesmo, a prosopografia necessitaria estar atrelada a outras metodologias. Ainda assim, consideramos que seu uso permite enriquecer diversas pesquisas que utilizam a cultura política como uma das chaves para a compreensão das ações e comportamentos políticos.

Referências

- BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLEI, Jean-François (Orgs.). **Para uma história cultural**. Lisboa: Estampa, 1998.
- BULST, Neithard. Sobre o objeto e o método da prosopografia. **Politeia: História e Sociedade**, Vitória da Conquista, v. 5, n. 1, p. 47-67, 2005.

- CHARLE, Christophe. A prosopografia ou biografia coletiva: balanço e perspectiva. In: HEINZ, Flávio (Org.) **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 41-53.
- DUTRA, Eliana R. de Freitas. História e Culturas Políticas: definições, usos, genealogias. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 18, n. 28, p. 13-28, 2002.
- FERRARI, Marcela. Prosopografia e historia política: Algumas aproximaciones. **Antíteses**, Londrina, vol. 3, n. 5, p. 529-550, jan.-jun. de 2010
- KUSCHNIR, Karina; CARNEIRO, Leandro Piquet. As Dimensões Subjetivas da Política: Cultural Política e Antropologia Política. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 24, p. 227-250, 1999.
- MACIEL, Joelson Lopes. A contribuição do conceito de cultura política para a escrita biográfica: apontamentos a partir da trajetória de Carlos Gomes de Oliveira. **História**, Rio Grande, v. 9, n. 2, p. 49-70, 2018.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.) **Culturas Política na História: Novos Estudos**. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009. p. 13-37.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Ruptura e continuidade na ditadura brasileira: a influência da cultura política. In: ABREU, Luciano Aronne de; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.) **Autoritarismo e cultura política**. Porto Alegre: Edipucrs, 2013. p. 9-32.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Cultura política e ditadura: um debate teórico historiográfico. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 109-137, jan./mar. 2018.
- NÉSPOLI, José Henrique S. Cultura política, história política e historiografia. **História e Cultura**, Franca, v. 4, n. 1, p. 361-376, mar. 2015.
- PEREIRA, Laurindo Mekie. Importância e limite da democracia na cultura política brasileira (1955/1964): uma análise a partir da trajetória de José Maria Alkmin. **Tempos Históricos**, [S.l.], v. 21, n. 1, p. 356-384, 2017.
- PEREIRA, Laurindo Mekie. Só a UDN salva a República: um estudo sobre a atuação de Oscar Dias Corrêa (1945-1955). **Locus: Revista de História**, Juiz de Fora, v. 25, n. 2, p. 183-205, 2019.
- STONE, Lawrence. Prosopografia. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 19, n. 39, p. 115-137, jun. 2011.